

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC**

**SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS**

**“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”**

**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

**JULGAMENTO DE RECURSO**

**Número de Inscrição:** 009/2026

**Interessado:** Rafael Ribeiro da Silva

**Nome do Projeto:** “Vozes do Rock: protagonismo feminino nos clássicos”

**Objeto do Recurso:** Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

**I. Relatório**

O proponente interpôs recurso administrativo em face da pontuação atribuída ao seu projeto no âmbito da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.

Em síntese, requer a reavaliação das notas atribuídas aos Critérios 1 (Trajetória Cultural e Capacidade Técnica), 2 (Concepção Artística, Originalidade e Relevância) e 3 (Viabilidade Técnica, Gestão Financeira e Equidade), alegando que houve interpretação restritiva dos elementos apresentados.

No tocante ao Critério 1, sustenta que a documentação enviada seria suficiente para comprovação da atuação cultural, ainda que não haja identificação nominal detalhada em todos os documentos ou portfólio específico formalizado.

Quanto ao Critério 2, defende que a proposta apresenta originalidade ao propor protagonismo feminino em contexto artístico tradicionalmente masculino, o que configuraria diferencial relevante.

Por fim, em relação ao Critério 3, argumenta que o planejamento financeiro, ainda que sintético, permite compreensão da estrutura de custos e viabilidade da proposta, sendo compatível com a prática de mercado.

**II. Fundamentação**

A Comissão de Seleção procedeu à análise do recurso à luz dos critérios estabelecidos no edital e dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a motivação dos atos administrativos.

**1. Do Critério 1 – Trajetória Cultural e Capacidade Técnica**

A pontuação atribuída considerou o conjunto documental apresentado, reconhecendo a existência de elementos comprobatórios da atuação cultural do proponente e de sua equipe.

Todavia, a análise qualitativa identificou limitações na clareza e objetividade dessas comprovações, especialmente quanto à identificação precisa dos integrantes e à vinculação direta entre os registros apresentados e as funções desempenhadas no projeto.

A ausência de portfólio estruturado e específico do proponente não constitui mera formalidade, mas elemento relevante para aferição consistente da trajetória e da capacidade técnica, sobretudo quando o edital exige comprovação clara e organizada.

Embora se reconheça que informações estejam dispersas no corpo do projeto e em documentos anexos, tal apresentação dificulta a análise objetiva e comparativa entre propostas, justificando a atribuição de pontuação intermediária.

## 2. Do Critério 2 – Concepção Artística, Originalidade e Relevância

A proposta de protagonismo feminino foi devidamente considerada na avaliação inicial como elemento positivo da concepção artística.

Contudo, a análise técnica concluiu que tal aspecto, isoladamente, não se sustenta com força suficiente para caracterizar elevado grau de originalidade no contexto geral das propostas submetidas.

A presença de mulheres em posição de protagonismo artístico, embora relevante e socialmente significativa, não constitui, por si só, inovação estética ou conceitual robusta, sendo necessária a demonstração de elementos adicionais que evidenciem ruptura ou diferenciação mais acentuada.

Dessa forma, não se verifica interpretação restritiva, mas sim valoração qualitativa do alcance efetivo da proposta em termos de originalidade.

## 3. Do Critério 3 – Viabilidade Técnica, Gestão Financeira e Equidade

No que se refere ao planejamento financeiro, a Comissão reconheceu a existência de distribuição de custos e a viabilidade geral da proposta.

Entretanto, a avaliação apontou fragilidade no nível de detalhamento e na explicitação dos critérios utilizados para definição dos valores, aspectos essenciais para aferição da adequação e da equidade na aplicação dos recursos públicos.

O atendimento sintético dos requisitos, conforme reconhecido pelo próprio recorrente, não se equipara ao nível de detalhamento exigido para pontuação máxima, sendo legítima a atribuição de nota intermediária em razão dessa limitação.

Ressalta-se que a compatibilidade com práticas de mercado, embora relevante, não substitui a necessidade de apresentação clara e minuciosa dos custos e justificativas, conforme previsto no edital.

## III. Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que os argumentos apresentados no recurso não evidenciam erro material, ilegalidade ou descumprimento dos critérios previstos no edital, limitando-se a questionar a valoração técnica realizada pela Comissão.

A reanálise confirma que as pontuações atribuídas aos Critérios 1, 2 e 3 refletem adequadamente o nível de atendimento aos parâmetros qualitativos estabelecidos, não havendo elementos que justifiquem sua revisão.

Assim, a Comissão de Seleção decide pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo, mantendo-se inalterado o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.